

HABEAS CORPUS Nº 470.609 - SP (2018/0247643-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RICARDO AUGUSTO PAGANUCCI LODI - SP307983
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WASHINGTON COSTA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DECISÃO QUE CASSOU A COMUTAÇÃO DE PENA CONCEDIDA AO PACIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECRETADA PELO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PENA. PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO DO WRIT. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N.º 695 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PEDIDO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WASHINGTON COSTA contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo em Execução n.º 7000388-39.2018.8.26.0198.

O Juízo da Vara do Júri, das Execuções Criminais e da Infância e da Juventude da Comarca de Franco da Rocha, em 26/04/2016, proferiu decisão concedendo ao Paciente a "*comutação de um quinto da pena remanescente em 25/12/2013, nos termos do art. 2.º, do Decreto 8.172/13 e um quinto da pena cumprida em 25/12/2015, nos termos do art. 2.º, § 1.º, do Decreto 8.615/15*" (fl. 11). O Ministério Público tomou ciência da decisão em 03/05/2016, e a Defensoria Pública, em 10/05/2016.

Em 16 de novembro de 2016, o Cartório do referido Juízo formulou consulta com o seguinte teor (fl. 12):

"Consulto como proceder quanto a decisão de fls. retro a qual concedeu comutação com base no Decreto 8172/2013 ao reeducando tendo em vista que o mesmo foi preso em flagrante em 10/05/2013 pelo delito que originou a Ex. 05, prisão essa ocorrida quando o reeducando cumpria a pena em regime aberto, já sustado".

O Juízo da Execução determinou a remessa dos autos ao Ministério Público,

que, em 18/11/2016, requereu "*a reconsideração da decisão de fls. 10 do apenso de indulto, porquanto, o sentenciado não cumpriu requisito previsto no decreto 8172/2013, pois, cometeu crime nos doze meses anteriores a publicação do decreto*" (fl. 14). O pedido foi acolhido, em decisão lavrada nos seguinte termos:

"Fls. 11 e 13. Considerando que o cometimento de novo crime é conduta que pode ser definida como falta grave, nos termos dos artigos 50, inciso V, e 52, ambos da LEP, reconsidero, em parte, a decisão de fls. 10, para constar que fica indeferido ao sentenciado o benefício da comutação de penas relativo ao Decreto 8172/2013".

A Defesa, então, interpôs Agravo em Execução, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (fl. 49):

"Agravo em execução. Comutação. Agravante que praticou fato definido como crime doloso nos doze meses que antecederam a publicação do Decreto nº 8.172/2013. Inteligência do artigo 5º, caput, do referido Decreto. Requisito subjetivo não satisfeito. Nulidade da decisão que acolheu pedido de reconsideração do Ministério Público. Impossibilidade. Ausência de prejuízo. Recurso improvido."

A Parte Impetrante alega, em síntese, que uma vez transitada em julgado a decisão que concedeu a comutação de penas ao Paciente, não poderia o Juízo da Execução acolher pedido de reconsideração formulado pelo Ministério Público e cassar a concessão do benefício.

Pede, liminarmente e no mérito, seja cassada a decisão que cassou a comutação de penas do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 75-76.

Às fls. 83-106 e 120-154, respectivamente, prestaram informações, o Tribunal estadual e o Juízo das Execuções.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* às fls. 108-116.

É o relatório. Decido.

Consoante informações prestadas pelo Juízo das Execuções, à fl. 120, "*que o sentenciado **cumpriu integralmente as penas privativas de liberdade, com expedição de alvará de soltura cumprido em 01 de outubro de 2019***" (fl. 120; sem grifos no original)

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, evidencia-se a perda do interesse processual em relação à presente ação mandamental, em que se pretendia invalidar a decisão que cassou a comutação de penas do Paciente.

Com efeito, aplica-se, na espécie, o entendimento sedimentado na Súmula n.º 695 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "*não cabe 'habeas corpus' quando já extinta a pena privativa de liberdade*".

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora